

Progressos e regressos da educação superior no Brasil nas primeiras décadas do século 21

Everton Henrique Eleutério Fargoni

João dos Reis Silva Júnior

Afrânio Mendes Catani

Resumo

Com base nas políticas operacionalizadas por meio da Reforma do Aparelho do Estado Brasileiro, o objetivo deste artigo é analisar avanços e retrocessos da educação superior nas primeiras décadas do século 21. Considerando estudos sobre esse nível de ensino no espaço-temporal desse contexto político, selecionamos acontecimentos conjunturais pertinentes para refletir acerca das mudanças pelas quais a universidade pública no Brasil tem passado. Para isso, ponderamos sobre as políticas neoliberais provenientes do Consenso de Washington e sobre o *Plano diretor da reforma do aparelho do Estado*. Discutimos as transformações ocorridas na educação superior no fim do governo de Fernando Henrique Cardoso e a expansão do ensino superior nos primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva. Finalizamos com diagnóstico da segunda década por meio dos movimentos que obstaculizaram as atividades na universidade estatal brasileira.

Palavras-chave: educação superior; políticas educacionais; reforma do Estado.

Abstract

Progress and regressions of the Brazilian higher education in the first decades of the 21st century

Based on the policies operationalized through the Reform of the Brazilian State Apparatus, the objective of this study is to analyze the advances and setbacks of higher education in the first decades of the 21st century. Through studies on higher education in the space-time of this political context, we selected relevant conjunctural events in the Brazilian political sphere to reflect on the changes that public universities have undergone. Thus, we pondered on the neoliberal policies stemming from the Washington Consensus and the White Paper on the Reform of the State Apparatus. We discussed the transformations that have occurred in higher education in the end of the administration of President Fernando Henrique Cardoso and the expansion of higher education during President Lula's two administrations, concluding with a diagnosis of the second decade through actions that hindered the activities within the Brazilian state universities.

Keywords: higher education; education policies; state reform.

Resumen

Avances y retrocesos de la educación superior en Brasil en las primeras décadas del siglo XXI

Con base en las políticas operativizadas por intermedio de la Reforma del Aparato del Estado Brasileño, el objetivo de este artículo es analizar los avances y retrocesos de la educación superior en las primeras décadas del siglo XXI. Considerando estudios sobre este nivel de educación en el espaciotiempo de este contexto político, seleccionamos eventos coyunturales pertinentes para reflexionar acerca de los cambios que la universidad pública en Brasil viene atravesando. Para ello, manifestamos sobre las políticas neoliberales del Consenso de Washington y sobre el Plan Director de Reforma del Estado. Argumentamos las transformaciones ocurridas en la educación superior al final del gobierno de Fernando Henrique Cardoso y la expansión de la educación superior en los primeros gobiernos de Luiz Inácio Lula da Silva. Finalizamos con un diagnóstico de la segunda década a través de los movimientos que obstaculizaron las actividades de la universidad estatal brasileña.

Palabras clave: educación superior; políticas educativas; reforma del Estado.

Introdução

Após a implementação do *Plano diretor da reforma do aparelho do Estado* (Brasil. Mare, 1995), novas políticas surgiram para a educação superior (ES) estabelecendo, na terceira década do século 21, conceitos de universidades diferentes de um passado não muito distante.

No âmbito privado, as universidades se expandiram mediante novos conglomerados, adquirindo cada vez mais força econômica no setor — parte do resultado foi consequência da transferência do fundo público para bancos privados e estatais como plano de financiamento de cursos de graduação, elevando as matrículas para números recordes.

No âmbito público, o leque dicotômico foi maior, com leis que garantiram o avanço da tecnociência (estreitamento da indústria com a universidade estatal). No entanto, outros programas, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), foram criados para ampliação de vagas, exemplos da reorganização da universidade pública rumo à globalização da educação superior, racionalidade que invadiu os contextos locais (Knight, 2018).

Nesse quadro, Ball (2001, p. 102), citando Giddens, expressou como a lógica da globalização se apodera de contextos sociais, reestruturando a identidade de organizações e instituições, reorientando-as para determinados interesses, e isso foi o que aconteceu no Brasil. Ideias econômicas originárias de esforços internacionais adentraram no circuito político brasileiro, causando mudanças expressivas no trabalho com ensino e pesquisa. Por isso, concordamos com Ball (2001) acerca da afirmação de que contextos locais são alvos da racionalidade política e econômica, principalmente os países que são dependentes ou devem para nações hegemônicas no capitalismo mundial (Marinoni, 2018).

Nesse sentido, a universidade estatal brasileira é fruto de uma série de políticas desenhadas desde a década de 1980, quando se iniciaram os atendimentos aos ditames neoliberais. Por essa razão, optamos, como método de análise, por condensar esse período considerando a seleção de algumas evidências político-econômicas do final da década de 1980 até o início da terceira década do século 21, a fim de refletir sobre a universidade brasileira nesse transcurso. A pertinência dessa reflexão se encontra na necessidade de entender o papel da educação superior pública na sociedade civil diante de seus avanços e retrocessos.

Forças políticas e econômicas internacionais

O Brasil integrou um conglomerado de países que iniciaram, no final da década de 1980, um conjunto de reformas políticas baseadas nas ideias originárias de um conselho chamado Consenso de Washington, composto por especialistas em assuntos econômicos, empresários, representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, entre outras figuras públicas, com a finalidade de construir um novo pacto econômico mundial.

O economista John Williamson, autor que denominou o coletivo de Consenso de Washington, criticou os dez pontos estratégicos que constituíram a base para as reformas políticas em dezenas de países, entre eles as nações da América Latina, sendo o Brasil um dos principais receptores das ideias neoliberais. Para Williamson (1993, 2004), as ideias não consideraram as especificidades de cada nação, e diversas outras consequências de natureza social nasceriam dessa falta de diálogo. Tais pontos estratégicos foram incorporados e adaptados ao contexto brasileiro por meio do *Plano diretor da reforma do aparelho do Estado*, aprovado em 21 de setembro de 1995: 1) disciplina fiscal; 2) organização do gasto público; 3) reforma tributária; 4) taxas de juros positivas; 5) fixação do câmbio; 6) desmonte das barreiras tarifárias; 7) liberalização dos fluxos de investimento estrangeiro; 8) privatização; 9) desregulamentação da economia; e 10) proteção à propriedade privada.

Elementos dos fundamentos do liberalismo econômico situam-se nessas ideias, todavia, reforçadas pelo plano financeiro. O intento não foi de uma expansão econômica que formasse territórios competitivos aos países hegemônicos do hemisfério norte; pelo contrário, a estética do texto parecia ser, mas o efeito concreto foi outro. Para Chang (2003), esse foi um dos maiores equívocos da configuração estratégica originária do grupo em Washington.

Em seus estudos, Chang acompanhou o trabalho e as conferências de Joseph Stiglitz, ex-economista-chefe do Banco Mundial, ex-conselheiro econômico dos Estados Unidos e integrante do conselho de Washington. Chang (2001) identificou nos argumentos e nas obras de Stiglitz que, se há algum acordo no século 21 sobre o Consenso de Washington, consiste em não haver consenso, pois aquela visão não se constituía na resposta para problemas econômicos e sociais de países pobres e em desenvolvimento. Esse foi, no Brasil, o fenômeno político que conduziu a conjuntura da época e permanece presente, reduzindo a esfera pública aos poucos.

Para isso acontecer, houve alinhamento dos interesses do Congresso Nacional com a forma de exercício do poder de Fernando Henrique Cardoso (FHC) ao trabalhar as práticas internacionais no Plano Diretor, reverberando em todo o setor público. Como exemplo, nota-se esse efeito ao apurar as recomendações do Banco Mundial (World Bank, 1995) para a educação superior contidas na Reforma do Estado:

- 1) privatização da educação superior, pois os Estados-Nações, como o Brasil, não criaram políticas de expansão a fim de garantir equidade de acesso;
- 2) redirecionamento do fundo público para instituições de educação superior privadas;
- 3) novos modelos de gestão por meio da autonomia das universidades de pesquisa, visando a outras formas de financiamento com a iniciativa privada, gerando a diversificação das fontes de recursos;
- 4) redução de gastos com instalações e materiais, sendo eles moradias para estudantes, alimentação e insumos, buscando alternativas mediante a privatização como fonte de abastecimento;
- 5) expansão do número de instituições não universitárias com cursos de tecnologias e de especialização para o mercado de trabalho; e

- 6) concessão dos espaços públicos das universidades para a iniciativa privada, com o objetivo de munir os centros de pesquisas com recursos provenientes de parcerias com empresas do setor produtivo.

Educação superior brasileira na primeira década do século 21

O neoliberalismo foi proposto como novo modelo-base sem o intento de superar o capitalismo, mas para fortalecer o sistema. À vista disso, consideramos a predominância financeira, conceito que Chesnais (1996) usou para responder o novo regime de acumulação de capital, como o fenômeno que determinou a ordem econômica no final do século 20 e permaneceu alicerçado na atualidade mediante políticas públicas de caráter neoliberal. Para Chesnais (1996), a acumulação de capital é uma patologia congênita do capitalismo estabelecida na contradição entre capital e trabalho; por isso, toda e qualquer lacuna da sociedade civil é passível de ser mercantilizada – no caso em questão, a educação superior.

Expostos alguns fenômenos que determinaram as contradições da ES no Brasil, alguns marcos estruturais registram o sentido dúbio do progresso e regresso da universidade estatal brasileira. É o caso da Lei nº 10.168, de 2000, que estabeleceu o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para Apoio à Inovação, orientando as universidades estatais brasileiras a atraírem parcerias do setor produtivo.

Naquele momento, o governo FHC buscou ampliar o Plano Diretor atendendo às orientações internacionais e visando, por meio de políticas públicas, modificar o modo de operação das universidades. Ao sancionar a lei que facilitou a participação do setor produtivo na universidade, permitiu também que cursos e programas de pós-graduação fossem replanejados para atender a outra demanda – mais produção de conhecimento-mercadoria (Silva Júnior, 2017). Contudo, o neoliberalismo que avançava na transição dos séculos parecia ter um obstáculo – Luiz Inácio Lula da Silva –, mas, com ele, neoliberais esquematizaram a continuidade da série de reformas, incluindo a educação superior no pacote.

Na obra *18 Dias: quando Lula e FHC se uniram para conquistar o apoio de Bush*, Spektor (2014) expôs tais acordos, o que resultou no aceite do líder sindical e vencedor da corrida presidencial de 2002 e manteve o regime econômico iniciado com FHC. Com a vitória do sindicalista, novas políticas foram pautadas, entre elas a expansão das universidades, mas o compromisso com FHC e as medidas neoliberais precisaram ser zelados, ou seja, para avançar e estabelecer novos programas e políticas sociais, Lula precisou atender aos ditames neoliberais.

Conforme os estudos de Nociti (2014), no decurso dos primeiros governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), os 50 maiores bancos privados lucraram 279,9 bilhões de reais, lucro oito vezes maior do que o de 34,4 bilhões de reais dos mandatos de seu antecessor, FHC. Isso explica o que Chesnais (1996) esclareceu como a prevalência da valorização financeira, havendo consistência do lucro dos bancos, em

que a produção de riqueza real se manteve sob a lógica dos imperativos da valorização financeira.

Nesse encadeamento de acordos, a universidade brasileira estava no epicentro dos negócios e quatro acontecimentos-chave foram cruciais no motor de trabalho da academia: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni (Brasil. Decreto nº 6.096, 2007), o Programa Universidade Para Todos – Prouni (Brasil. MEC, 2006), o Fundo de Financiamento Estudantil – Fies (Brasil. Lei nº 10.260, 2001) e o marco do consenso entre universidade, governo e empresa.

Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o Reuni teve por intuito contemplar todas as universidades federais num processo de expansão, a fim de elevar o número de vagas e assegurar o aumento significativo do acesso para um público que outrora pouco aparecia nas estatísticas de matriculados: estudantes de baixa renda e/ou provenientes do ensino público. São ações afirmativas que também integraram mais estudantes afrodescendentes e indígenas.

O Reuni objetivou a redução das taxas de evasão, a reorganização dos cursos de graduação, a diversificação das modalidades de graduação, a ampliação de políticas de inclusão e a assistência estudantil. No balanço, houve mais êxitos do que problemas, pois o atendimento de um público maior e diversificado possibilitou mudar parte da face da universidade brasileira, e famílias tiveram, pela primeira vez, um integrante na universidade pública. Porém, tal expansão num curto espaço-tempo provocou sobrecarga de docentes para atenderem à nova demanda de vagas e cursos; os reparos permanecem sendo realizados.

66

Como apoio ao Reuni, outro programa foi otimizado para melhorar a organização de acesso à universidade: o Prouni. Este é anterior ao Reuni, mas sua funcionalidade foi adequada para atender à expansão da ES, nesse caso, no âmbito privado. Criado em 2004, o objetivo do Prouni foi conceder bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas. Segundo relatórios disponíveis no Portal de Dados Abertos do Ministério da Educação ([2023]), nos primeiros dez anos de programa, mais de um milhão de alunos ingressaram na ES privada por meio dessas bolsas. O número é bastante favorável às estatísticas de acesso.

Diferentemente do Prouni, o Fies foi uma forma de acesso à ES privada mediante financiamento do curso de graduação. Nesse caso, o estudante se responsabiliza em pagar o valor da mensalidade após a conclusão do curso. O *boom* de acesso à ES privada reside nesses programas (Prouni e Fies).

Em 2010, último ano da gestão Lula, foram 4.764 milhões de matriculados na ES privada, contra 1.644 milhão na ES pública (Semesp, 2022). Aumento notório no âmbito privado, pois, entre 2002 e 2010, as vagas expandiram de 2.435 milhões (2002) para 4.765 milhões (2010), enquanto na ES pública o aumento foi de 558 mil vagas.

Ao se dobrar a quantidade de estudantes nas universidades, iniciou-se um caminho de reparação histórica, todavia, com fissuras. No caso da ES privada, o funcionamento do Fies deveu-se à transferência do fundo público para bancos administrarem o financiamento das bolsas, havendo supervalorização desse programa pelas instituições bancárias. Porém, não foi compreendida no processo a

ontologia do ser social do estudante que buscou financiamento, pois o tempo de vida difere do tempo histórico de uma nação. Essa racionalidade política fez dobrarem as vagas e o acesso, resultando noutro problema que reverberou uma década depois: a inadimplência estudantil. Nos dados extraídos do *Mapa do ensino superior no Brasil* (Semesp, 2022), a dívida de estudantes inadimplentes com o Fies chegou a R\$ 6,7 bilhões.

Diante dos fatos, a solução se encontra distante. Enquanto isso, outros episódios movimentaram a ES no País, como o marco do consenso universidade, governo e empresa na 4ª Conferência de Ciência, Tecnologia e Inovação de 2010, avigorando o novo modelo de universidade estatal que vem se desenhando, desde a Reforma do Estado. Desses contextos, ressaltamos que o avanço neoliberal não funcionou para melhoria da qualidade de vida da maior parte da população. A finalidade era mais lucro e, sobretudo, mais acumulação para os capitalistas, mesmo havendo danos colaterais gravíssimos para a sociedade civil. É nesse estrato da realidade que habita o segundo fenômeno, o regime de predominância financeira.

Educação superior brasileira na segunda década do século 21

Entre 2011 e 2022, a ES no Brasil foi marcada rigorosamente pela consolidação do neoliberalismo no campo. Isso não significa que o final da gestão FHC e os oito anos de Lula se isentaram; pelo contrário, nas décadas anteriores o ovo da serpente neoliberal se abriu. Os sucessores, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro, mesmo politicamente muito distintos entre si, sustentaram o modelo econômico semelhante. Isso firmou a ES pública à lógica tecnocientífica que guardou relação estreita com a mercantilização do conhecimento, exaurindo, por exemplo, cada vez mais a ciência de sua razão originária, reduzindo-a à tecnociência (Silva Júnior; Fargoni, 2020a, 2020b).

Nessa direção, em 11 de janeiro de 2016, Dilma Rousseff sancionou o marco legal da ciência, tecnologia e inovação (Brasil. Lei nº 13.243, 2016), cumprindo novamente com os pontos estratégicos combinados desde o Consenso de Washington e articulados no Plano Diretor. A pós-graduação *stricto sensu* das instituições estatais passou a receber mais investimentos dos fundos público e privado, alcançando níveis recordes de financiamento, sendo 2014-2015 o biênio em que houve mais incentivo à ciência na história do País.

Desse fato, decorreram muitas contradições. No mesmo tempo que a ciência brasileira foi especulada pelo mercado, todas as áreas foram beneficiadas com aumento de recursos, mas tudo isso em tempo limitado. Por razões políticas providas de fortes movimentos de oposição ao governo Dilma Rousseff, como as manifestações de junho de 2013, a ruptura ocorreu. A presidenta não tinha mais domínio da situação econômica e os antigos interesses da burguesia brasileira prevaleceram. Com o *impeachment*, em 2016, diversos programas de grande relevância, como o Ciência sem Fronteiras, foram descontinuados.

No balanço dos cinco anos e meio da gestão Dilma, tivemos os maiores índices favoráveis para a ciência brasileira, mesmo mantido o esquema econômico de FHC e Lula. O número de vagas na ES privada permaneceu crescendo por meio do Fies e do Proni, enquanto a universidade pública foi tornando-se cada vez mais prisioneira da lógica neoliberal. O quadro se agravou ainda em 2016, quando Michel Temer estabeleceu o teto de gastos – Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 95 –, que afetou diretamente a educação pública em todos os níveis, limitando a aplicação de investimentos para assegurar o equilíbrio dos gastos nacionais.

O ato de Temer não constituiu somente resposta à condição econômica naquele momento, mas outra ação para manter o pacto neoliberal iniciado na década de 1990. Por isso, o neoliberalismo precisa ser entendido em cada passo histórico, pois a primeira categoria das reformas provenientes do Conselho de Washington foi a disciplina fiscal e esta orientou as demais. Temer amalgamou todas as condições do modelo econômico neoliberal mantido por Lula e Dilma, estreitando ainda mais a ES com o setor produtivo. Esse processo foi acentuado e, sobretudo, útil como armadilha política pelo seu sucessor.

Diferentemente de Temer, Bolsonaro não fez apenas jogo político com neoliberais, mas expressou sua repulsa pela ES brasileira, reduzindo-a por questões ideológicas, ignorando seu papel e, em especial, a produção científica dela derivada. Isso foi parte da narrativa vitoriosa da campanha munida de escândalos, como notícias falsas sobre as instituições públicas. Nesse espaço-tempo (2019-2022), a universidade pública tornou-se refém da profunda redução de investimentos diante dos ataques à democracia.

Para Minto (2022, p. 35), a vitória de Bolsonaro expandiu “os limites dentro dos quais orbitam as forças políticas da ordem do capitalismo dependente”. Explícito nos noticiários, empresários bolsonaristas agiram procurando o resguardo presidencial como apoio em suas jornadas em busca dos lucros provindos do desmatamento, do garimpo e das privatizações, entre outros meios.

A ciência brasileira enfrentou grande ofensiva, pois a universidade pública se encontrava diante de ataques decorrentes de cortes de verbas e do questionamento do seu papel na sociedade civil. O fato (histórico) mais marcante foi visto na pandemia de covid-19. Enquanto quase 700 mil brasileiros morreram da doença (Brasil. MS, 2023), dados da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC, 2022) mostram que foram contingenciados 12.716 bilhões de reais da Lei Orçamentária Anual destinados à ciência e tecnologia – valor esse que seria destinado para pesquisas em diversas áreas, entre elas, investigações sobre o vírus.

Além disso, o momento histórico combinou com a apresentação do programa *Future-se* (Brasil. MEC [2019]) e suas três bases: 1) empreendedorismo como forma de governança; 2) inovação como polo propulsor da produção de conhecimento; e 3) internacionalização da educação superior no setor privado estrangeiro, abrindo mais espaço para grandes conglomerados internacionais junto às organizações nacionais, adquirindo ou alugando espaços públicos, transformando-as em organizações sociais.

Apesar do fracasso do programa, para Silva Júnior. e Fargoni (2020a, p. 6), o propósito do *Future-se* foi a transformação das universidades estatais brasileiras em um novo modelo institucional – a universidade empreendedora. Esta carregaria elementos impostos pelo Banco Mundial que juntamente com o conselho de Washington (1995) propuseram o modelo ideal de uma universidade de classe mundial na América Latina.

Considerações finais

Neste artigo, consideramos brevemente os amplos episódios conjunturais da história brasileira recente que afetaram e continuam afetando o funcionamento do ES no País. Os alertas sobre a expansão do neoliberalismo são relatos lacônicos de anos de pesquisa dos autores para responder os fenômenos políticos e econômicos que cercam a universidade estatal brasileira.

Sobre avanços e obstáculos do ES no Brasil, destacamos elementos factuais políticos e econômicos que constituíram a universidade que conhecemos hoje. A partir disso, determinamos que o neoliberalismo embutido em cada uma das estratégias do Consenso de Washington ajudou a criar uma das maiores mudanças políticas da história do País, que ainda afeta a formulação de políticas públicas na terceira década do século 21.

Por meio das reflexões sobre os programas e políticas para educação superior no Brasil, identificamos que a universidade estatal está cada vez mais mundializada e inserida no circuito competitivo e produtivo. No entanto, outras questões como privatizações, terceirização irrestrita, reforma da previdência, reforma trabalhista, ranqueamento de universidades e financiamento da ciência integram as mudanças no mesmo âmbito desse debate e precisam de discussões mais amplas na sociedade civil, permanecendo a necessidade de construir um repertório analítico sobre tais discussões para além da academia.

Referências bibliográficas

BALL, S. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. *Currículo sem Fronteiras*, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001.

BRASIL. Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000. Institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 dez. 2000. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jul. 2001. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Seção 1, p. 7.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 dez. 2016. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 jan. 2016. p. 1.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (Mare). *Plano diretor da reforma do aparelho do Estado*. Brasília, DF: Mare, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria nº 301, de 30 de janeiro de 2006. Dispõe sobre a Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do Programa Universidade para Todos – ProUni. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 jan. 2006. Seção 1, p. 7.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Future-se*. Brasília, DF, [2019]. Resultado de pesquisa da tag “Future-se”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/52641>. Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portal de Dados Abertos. *Prouni*. Brasília, DF, [2023]. Disponível em: <https://dadosabertos.mec.gov.br/prouni>. Acesso em: 3 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). *Covid19: painel coronavírus*. Brasília, DF, 4 abr. 2023. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 4 abr. 2023.

CHANG, H. J. (Ed.). *Joseph Stiglitz and the world bank: the rebel within*. London: Anthem Press, 2001.

CHANG, H. J. *Globalization, economic development and the role of the state*. London: Zed Books, 2003.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CNVTI), 4., 2010. Livro Azul:

4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília, DF: MCT, 2010.

INSTITUTO DO SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE SÃO PAULO (Semesp). *Mapa do Ensino Superior no Brasil*. 12 ed. [São Paulo]: Semesp, 2022. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2022/07/mapa-do-ensino-superior-2022-06-30.pdf>. Acesso em: 5 maio 2023.

KNIGHT, J. The international university: models and muddles. In: BARNETT, R.; PETERS, M. A. (Ed.). *The idea of the university: contemporary perspectives*. New York: Peter Lang, 2018. p. 99-119.

MARINONI, G. *Internationalization of higher education: an evolving landscape, locally and globally*. IAU 5th Global Survey. [S.l.]: International Association of Universities, 2018.

MINTO, L. W. Para que o futuro não fique para trás: a universidade brasileira e o enigma do bolsonarismo. *Argumentum*, Vitória, v. 14, n. 1, p. 26-37, jan./abr. 2022.

NOCITI, B. Bancos lucraram 8 vezes mais no governo de Lula do que no de FHC. *VEJA Economia*, São Paulo, 12 set. 2014. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/bancos-lucraram-8-vezes-mais-no-governo-de-lula-do-que-no-de-fhc/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

Semesp ver Instituto do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo.

SILVA JÚNIOR, J. R. *The new Brazilian University: a busca por resultados comercializáveis: para quem?* Bauru: Canal 6, 2017.

SILVA JÚNIOR, J. R.; FARGONI, E. H. E. Future-se: o ultimato na universidade estatal brasileira. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 41, e239000, 2020a.

SILVA JÚNIOR, J. R.; FARGONI, E. H. E. Tecnociência, industrialização e pesquisa na financeirização radical do capitalismo e da educação superior. *Revista Inter-Ação*, Goiânia, v. 45, n. 3, p. 569-581, set./dez. 2020b.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). *SBPC disponibiliza página sobre orçamentos para Ciência, Meio Ambiente e Educação: as análises sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2023 para CT&I e meio ambiente já estão disponíveis*. São Paulo, 10 out. 2022. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/sbpc-disponibiliza-pagina-sobre-orcamentos-para-ciencia-meio-ambiente-e-educacao/>. Acesso em: 6 abr. 2023.

SPEKTOR, M. *18 Dias: quando Lula e FHC se uniram para conquistar o apoio de Bush*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

WILLIAMSON, J. Democracy and the “Washington Consensus”. *World Development*, [S.l.], v. 21, n. 8, p. 1329-1336, 1993.

WILLIAMSON, J. A short history of the Washington Consensus. *Law and Business Review of the Americas*, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 6-23, 2009.

WORLD BANK. *Higher education: the lessons of experience*. Washington, D.C.: World Bank Group, 1995.

Everton Henrique Eleutério Fargoni é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), membro do grupo de pesquisa Economia Política da Educação e Formação Humana (GEPEFH/UFSCar) e do Grupo de Trabalho – Produção de Conhecimento na Educação Superior da Rede Universitas/BR.

evertonfargoni@gmail.com

João dos Reis Silva Júnior, doutor em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com pós-doutorado em Sociologia Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e University of London, e livre-docente em Educação pela USP. É professor titular da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), coordenador adjunto do projeto de pesquisa da Rede Universitas/Br e pesquisador líder do grupo de pesquisa Economia Política da Educação e Formação Humana (GEPEFH/UFSCar).

jr@ufscar.br

Afrânio Mendes Catani, doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e livre-docente em Educação (USP), é professor titular na Faculdade de Educação dessa instituição.

amcatani@usp.br

Recebido em 24 de agosto de 2022

Aprovado em 10 de março de 2023